

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO
NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO EM
RIBEIRÃO PRETO (SP)**

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

dricapretz@hotmail.com

**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO EM RIBEIRÃO PRETO (SP)

Resumo

As inúmeras atividades financeiras e industriais ligadas ao complexo cafeeiro induziram o crescimento de outras atividades em Ribeirão Preto (SP) como comércio varejista, serviços, construção civil e transporte urbano, além de motivarem a chegada dos trilhos da Mojiana, em 1883. As mudanças refletiram imediatamente na configuração territorial e, no ano de 1887, uma primeira expansão urbana ocorreu de fato, com a criação do núcleo colonial Antônio Prado. Atendendo aos interesses do complexo cafeeiro, o núcleo colonial ocupou as terras devolutas ainda existentes na cidade e teve como objetivo abastecer a população com gêneros de subsistência, atrair e fixar “braços para a lavoura” por meio da posse de terras, mas também de modificar o perfil do morador urbano, uma vez que o lote era concedido preferencialmente a estrangeiros, com profissão urbana e condições para construção de moradia ou estabelecimento comercial. Os duzentos lotes que compunham sua área foram imediatamente ocupados e em 1892 entraram no mercado de terras local. O estudo apresenta a evolução física e socioeconômica do antigo núcleo colonial, desde sua produção hortifrutigranjeira, passando pelo desenvolvimento dos ofícios, da indústria, do comércio e prestação de serviços, até as atividades religiosas e associativas, meios pelos quais os imigrantes puderam estabelecer com mais intensidade laços de união entre si, até sua incorporação na malha urbana da cidade, e ressalta como este processo aconteceu de maneira desigual, nos diversos momentos da evolução da economia local, ao mesmo tempo em que teve um papel decisivo na expansão urbana de Ribeirão Preto.

Palavras-chave: Núcleo colonial. Ribeirão Preto. Complexo cafeeiro.

1. A expansão cafeeira e a estratégia de criação dos núcleos coloniais no Brasil

Com a transferência da Família Real para o Brasil, estava prevista a contratação de trabalhadores assalariados europeus, atraindo-os e fixando-os no país por meio da distribuição de pequenas propriedades em aglomerações planejadas para esse fim, os chamados “núcleos coloniais”. Os agrupamentos desempenhariam a função de “germens” de futuras cidades, uma vez que havia necessidade de povoamento e estruturação social do país, por meio de uma classe média desejada a partir da introdução de um novo elemento nacional, diferente do negro, seguindo também o desejo velado de “embranquecimento” da população brasileira.

Entre 1812 e 1850, foram criados apenas dez núcleos coloniais no Brasil, a maioria nos Estados do sul. Para viabilizar esta operação, desde 1850 havia sido criada a “Lei de Terras”, que ordenava a demarcação das glebas realmente cultivadas e disponibilizava aquelas incultas (as chamadas devolutas ou terrenos nacionais) para a formação dos núcleos coloniais, assim como convertia a terra em capital – principal objetivo da lei - substituindo a garantia de crédito hipotecado que o escravo representava ao fazendeiro. Com a terra capitalizada, o acesso seria permitido apenas aos que dispunham de meios para obtê-la, consolidando de vez a posse apenas por parte de uma elite latifundiária. Entretanto, utilizando-se todo tipo de fraudes nos registros oficiais, os fazendeiros (sobretudo cafeicultores paulistas) trataram logo de comprovar a posse das melhores áreas, e as terras devolutas que seriam destinadas à criação dos núcleos coloniais foram escassas, em terrenos inférteis, localizados longe dos centros urbanos.

Com a Lei de Terras e diversas novas medidas do governo para estabelecimento da pequena propriedade, nos dez anos seguintes outros treze núcleos coloniais foram inaugurados, mas apenas um deles no Estado de São Paulo. Isso porque a elite cafeeira temia que a posse da terra afastasse o trabalhador dos cafezais, e sempre dificultou seu acesso por parte dos imigrantes. Ao participarem da política de subvenção da imigração juntamente com o governo, os cafeicultores faziam uso de propagandas enganosas no exterior sobre a existência dos núcleos coloniais apenas para atrair “braços para a lavoura”. O objetivo desta política era trazer o maior número possível de pessoas sem recursos para adquirir terras – principalmente após a enorme valorização fundiária obtida com o plantio do café - que tivessem como única alternativa a venda de sua força de trabalho, cujo valor também cairia devido ao excesso de oferta. Este cenário coincidiu com a unificação italiana e a crise agrária naquele país, o que colaborou para a maior parte dos imigrantes que aqui chegaram ser de nacionalidade italiana (mas também havia alemães, portugueses, espanhóis, franceses e outras nacionalidades, em menor número).

Portanto, ao lado da corrente que defendia a imigração para “colonização” (ou seja, o povoamento de extensas áreas ainda não ocupadas do Brasil através da fixação do imigrante, facilitando seu estabelecimento e tornando-o pequeno proprietário, como aconteceu nas regiões sulinas), outra

corrente, que teve atuação principalmente no Estado de São Paulo, encontrava na imigração apenas o suprimento da falta de mão-de-obra para os cafezais.

Entretanto, no último quartel do século XIX, a expansão cafeeira pelo chamado “Oeste Paulista” se encontrava em seu auge, e os gêneros de subsistência no Estado de São Paulo ficaram escassos e cada vez mais caros; além disso, a dificuldade de fixação do imigrante às fazendas havia se tornado um problema, devido às condições a que eram submetidos, semelhantes às dos escravos; por fim, o sistema escravocrata era incompatível com a expansão industrial e o capitalismo emergente, dado o nulo poder de compra do cativo. A falta de trabalhadores para as lavouras de café fez com que na segunda metade da década de 1880 os fazendeiros paulistas cedessem ao projeto de disponibilização da pequena propriedade aos imigrantes, resultando na fundação de vinte núcleos no Estado de São Paulo entre 1885 e 1911. Entre eles, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o Antônio Prado, implantado em terras devolutas disponíveis em Ribeirão Preto no ano de 1887. A proposta era que servisse como “viveiro de mão-de-obra” para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a produção cafeeira.

2. O funcionamento do Núcleo Colonial Antônio Prado

Um regulamento aprovado pelo Império desde 1867 estipulava um projeto para os núcleos coloniais. Neste caso, a área foi dividida em duzentos lotes dispostos em cinco partes, sendo uma sede, com lotes menores – também chamada “seção urbana”, concebida para funcionar como uma administração do núcleo – e quatro seções, formadas por lotes “rurais”, que eram maiores. O valor do metro quadrado dos lotes da sede era dez vezes superior ao valor da mesma área em uma das quatro seções “rurais” e para adquirir um, era necessário que o candidato exercesse algum tipo de ocupação urbana. Além disso, era dada preferência ao imigrante estrangeiro, embora alguns brasileiros oriundos de fazendas também tivessem adquirido lotes. Metade dos proprietários de lotes do núcleo Antônio Prado eram italianos¹.

Tanto a criação como a administração do núcleo eram de responsabilidade da Inspetoria de Terras e Colonização e da agência Central de Imigração (substituídas em 1897 pela Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado), bem como todo o funcionamento até a quitação da maioria dos lotes, que ocorreu em 1893 (nesse momento, o núcleo foi “emancipado”, e sua área foi incorporada ao município).

A configuração espacial do núcleo colonial sinalizava que posteriormente viria a se tornar uma parte integrante e importante economicamente para a cidade, visível a partir do traçado das ruas e lotes, da existência de uma sede destinada para área urbana, das dimensões dos lotes urbanos e

¹ Dos 183 requerentes de lotes, 96 eram italianos, 16 eram portugueses, 11 alemães, 8 espanhóis, 5 brasileiros, 2 belgas, 2 franceses e 43 sem nacionalidade identificada (SILVA, 2006).

rurais, diferença do valor entre eles e da proximidade com a linha férrea para escoamento dos produtos.

O Núcleo Colonial Antônio Prado foi locado nas terras devolutas que se encontravam na várzea do ribeirão Preto e do córrego Retiro, que juntamente com a Estrada de Ferro da Mojiana, constituíram importantes condicionantes físicos para o seu desenho final. Nessa época, a cidade já contava com trinta anos de existência e iniciava sua fase de consolidação econômica em função das atividades geradas pelo complexo cafeeiro. Assim, constituiu a primeira expansão urbana para além dos limites do núcleo urbano principal, que contava apenas com algumas ruas localizadas ao redor do Largo da Matriz, conforme mostra a Fig.1.

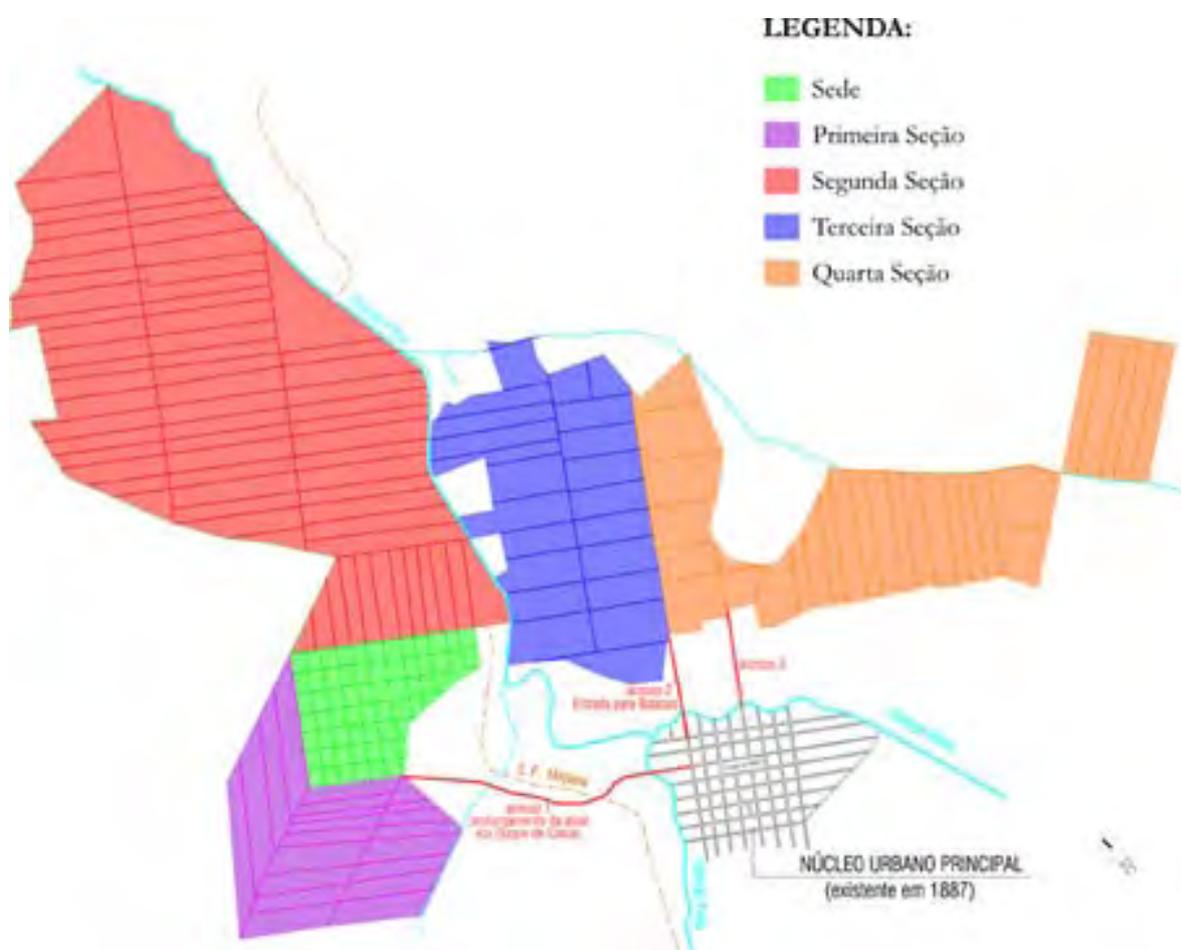


Fig.1: Núcleo urbano principal de Ribeirão Preto e Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887 (Fonte: SILVA, 2006)

O núcleo colonial era constituído de uma Sede, com lotes menores com dimensão de um hectare em média cada um; Primeira Seção, em violeta, que também mostra um acesso ao núcleo urbano principal da cidade; Segunda Seção, em vermelho, que originou o bairro Ipiranga, um dos maiores e mais antigos da cidade; Terceira Seção, em azul, que deu origem aos Campos Elíseos, também um dos mais tradicionais bairros, formado em grande parte por descendentes de imigrantes

italianos; Quarta Seção, em laranja, que ocupa a Zona Leste e teve a urbanização mais recente de todas, após o asfaltamento da Rodovia Anhangüera, após a década de 1940.

Inicialmente, seus lotes funcionavam apenas como chácaras, abastecidas pelos córregos da região, onde os imigrantes produziam milho, arroz, feijão, fubá e criavam animais, utilizando-se da estrada de ferro Mojiana para escoar a produção para outros municípios. A propriedade havia sido adquirida sob condição de cultura e morada efetiva e outras obrigações que deveriam ser rigidamente cumpridas, com a pena de perda do lote pelo não cumprimento - conservação dos marcos dos lotes; construção de residência de pelo menos “quatrocentos palmos quadrados”; plantio de “mil braças quadradas” em até seis meses após a designação do lote; residência de pelo menos um ano antes da obtenção do título definitivo do lote e o pagamento integral antes de sua concessão. A Fig. 2 a seguir mostra um dos lotes, de propriedade da família Fávero (residente até hoje na área), com criação de gado:



Fig.2: Criação de gado pela família Fávero, foto por volta de 1900 (Foto: Arquivo particular da família, 2006)

Chamam a atenção, contudo, algumas características da diversificação das atividades urbanas praticadas na área do núcleo colonial, que não necessariamente tinham vínculo com a produção cafeeira: até a década de 1920, verificou-se um número elevado de estabelecimentos comerciais de secos e molhados, levando a acreditar que se tratava da comercialização dos excedentes da pequena produção. Além disso, foram encontrados registros de pequenas indústrias alimentícias e de gêneros de primeira necessidade, sendo que algumas atingiam com seus produtos um mercado regional, como a cerveja produzida pela Livi & Bertoldi, fábricas de caramelo (para atender a produção de bebidas) e as diversas fábricas de sabão e cadeiras cujos registros foram também encontrados.



Fig.3: Cervejaria Livi & Bertoldi em 1900 (Fonte: SILVA, 2006)

Da mesma forma, havia uma multiplicidade de segmentos de serviços e manufactureiros que serviam como suporte da produção e circulação de mercadorias, como os motoristas de “carros de aluguel” e as oficinas de carroças. No ramo da construção, além da concentração de mão-de-obra especializada, decorrente da quantidade de imigrantes que já exerciam o ofício principalmente na Itália, observou-se a presença de olarias e depósitos de materiais.

Ao lado de atividades agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços, os moradores do núcleo também encontraram na venda de terras uma nova fonte de renda após a emancipação em 1893, quando os lotes originais puderam ser comercializados sem a intervenção do Estado. Com isso, o patrimônio público que era formado por suas terras foi transferido para o domínio privado e deste momento em diante, a distinção antes existente entre os lotes urbanos e rurais desapareceu, pois o valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário. A partir daí, a classe trabalhadora pôde adquirir lotes inteiros ou frações destes junto aos primeiros proprietários, para a formação de chácaras ou para a construção de casas para moradia ou aluguel, embora não alcançassem grandes preços devido à localização suburbana e à falta de investimentos públicos.

As seções que possuíam mais fácil acesso ao núcleo urbano principal, que eram a sede e a terceira seção, foram “reloteadas” antes das demais, abrigando as mais diferenciadas atividades econômicas, não significando, entretanto, que tenham recebido serviços de intra-estrutura urbana prontamente. Ambas constituíram logo nos primeiros anos o bairro conhecido por “Barracão”. A área correspondente a esta terceira seção, juntamente com o bairro Retiro (que já existia às margens do córrego Retiro) era chamada “Barracão de Baixo”, para distinguir do “Barracão de Cima”, que correspondia à área da sede, próxima à linha da Ferrovia Mojiana. Posteriormente, o Barracão de Baixo passou a se chamar Campos Elíseos e o Barracão (de Cima) teve seu nome alterado para Ipiranga somente na década de 1960.

4. Um imenso território invisível

Ribeirão Preto, que constituía um povoado ainda tímido no último quarto do século XIX, também assistiu o início de sua modernização e expansão a partir da chegada da Mojiana em 1883 em função da expansão cafeeira. Até então, as modificações urbanas haviam acontecido lentamente. A partir daí, teve início uma série de obras de infra-estrutura, começando pela retificação dos primeiros trechos do Ribeirão Preto entre 1883 e 1884, permitindo a ampliação da área central com a construção de duas ruas, canalização de água em 1897 e luz elétrica em 1899.

O início de zoneamento levou à desigualdade no preço da terra e à política de exclusão, que visava expulsar focos de doenças – e também os pobres - do convívio com a burguesia. Aqueles que podiam pagar pela infra-estrutura e exigências construtivas ficavam na região central, privilegiada, servida de infra-estrutura e serviços urbanos. Os que não tinham condições, encontravam seu lote nas regiões periféricas, mais barato, junto às fábricas, cemitérios e todos os equipamentos que haviam sido afastados do contato com a população – do centro da cidade. Neste momento foi definida uma nova geografia nas cidades, social, e não mais espacial (MARICATO, 1982; PECHMAN, 2002).

Seguindo o pensamento higienista e a necessidade de destruição dos miasmas (os quais se encontravam nas habitações coletivas e insalubres da classe trabalhadora) como forma de destruir os odores da corrupção moral, as cidades também passaram a elaborar os seus “Códigos de Posturas”. Ribeirão Preto teve suas primeiras “Posturas Municipais” em 1889, com a maior parte das especificações referentes aos alinhamentos, dimensões e espaçamentos entre as construções. Embora rudimentar, foi rápido ao abordar os limites entre esta área e o núcleo urbano principal, começando a delinear os contornos da “geografia social” da cidade, que destinou a área do núcleo ao território da pobreza. Assolado por enchentes e epidemias, assim como as demais cidades do interior, em 1896, foi estabelecido em Ribeirão Preto o Serviço de Higiene e Desinfecção, seguido de diversas outras melhorias urbanas.

A habitação operária era considerada o “ponto vulnerável” do sistema de defesa da higiene urbana. Por isso, o processo de desodorização do espaço urbano procurava disciplinar o proletariado e controlar os atos do trabalhador. A noção de conforto passou a ser associada à de civilidade. Rolnik (1997) explica que o chamado “modelo higiênico de habitação” consistia da casa unifamiliar isolada em grande terreno e separada da rua e dos vizinhos. E

a chave da eficácia em demarcar um território social preciso reside evidentemente no preço. Lotes grandes, grandes recuos, nenhuma coabitação é fórmula para quem pode pagar. A lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis (ROLNIK, 1997: 47).

A parcela da população que não tinha recursos para adquirir uma casa “higiênica”, partia à procura de terrenos de acordo com seu poder aquisitivo, que encontraria no Núcleo Colonial Antônio Prado, ou seja, fora da área urbana. Assim, o isolamento dos moradores do Núcleo

Colonial Antônio Prado, que veio a constituir a zona norte pobre da cidade, não se deu unicamente devido à divisão física imposta pelo Ribeirão Preto ou pela Estrada de Ferro, mas estes limites sempre serviram como justificativa para a exclusão a que lhes foi imposta.

A linha da Mojiana foi responsável por outra segregação que começava a se constituir dentro da área do núcleo colonial, a partir dos primeiros bairros que surgiam: conforme já citado, o “Barracão de Cima” e o “Barracão de Baixo” (bairros surgidos respectivamente a partir da Segunda e Terceira Seção) fora assim chamados devido à localização em relação à ferrovia.

Desenhou-se, então, o fundamento de uma geografia social da cidade, que perdura até os dias atuais, da qual não se consegue mais escapar: o vetor de expansão sul, partindo do “quadrilátero central”, nas proximidades com a Avenida Nove de Julho e Independência, configurando a centralidade da elite, concentrando valores imobiliários altos, habitações luxuosas, alto consumo e mais investimentos públicos; no sentido oposto, a partir da chamada “baixada” formada pelo encontro do Ribeirão Preto e Retiro, na proximidade com as avenidas Jerônimo Gonçalves e Francisco Junqueira, onde se encontram os edifícios decadentes da área central, foi delimitado o território da pobreza. Esta se estende para o outro lado da Avenida Francisco Junqueira, seguindo por toda a Via Norte, entre os bairros que tiveram origem do Núcleo Colonial Antônio Prado. Excetua-se apenas os bairros originados da Quarta Seção, que se encontra na zona leste e, portanto, constitui área de concentração da classe média atual de Ribeirão Preto (SILVA, 2006: 109).

Entretanto, os condicionantes físicos naturais e artificiais – os trilhos da Mojiana, o ribeirão Preto, a estrada para Batatais e o córrego Retiro Saudoso - foram secundários quando comparados à segregação imposta pela legislação urbana local, a começar pela localização em sua área dos equipamentos de saúde e fábricas que deveriam, em princípio, ser afastados do contato com a população. Além disso, apesar da quantidade de pessoas que ocupavam os lotes inicialmente como chácaras, a infra-estrutura urbana nunca alcançou devidamente todas as suas seções. Ambos os fatores contribuíram para a desvalorização daquelas terras tão logo entraram para o mercado imobiliário.

Além de obras de embelezamento, deveriam ser “afastados” do contato com a população – entende-se “elite” - todos os possíveis agentes de contaminação. O primeiro passo foi a remoção do Cemitério que se encontrava na atual Praça Sete de Setembro desde 1888 e, portanto, zona privilegiada da cidade. A área escolhida para a instalação do novo Cemitério Municipal, que viria a se chamar Cemitério da Saudade, foi a do Núcleo Colonial Antônio Prado, que constituía a “cidade invisível”, segundo Lapa (1995):

A perversa contradição é que não dava para viver sem essa gente, isso é, o próprio sistema os produzia e deles se aproveitava de alguma maneira – indigentes ou criminosos, estropiados e leprosos, prostitutas ou bandidos, vivos ou mortos. Então, se não era possível eliminá-los, como hoje em dia parece ser para muitos o caminho mais fácil..., que fossem invisibilizados, remetidos para a cidade invisível, que se contrapunha à cidade visível, bem-comportada e saudável que se pretendia (LAPA, 1995: 325).

Como em 1893 o Núcleo Antônio Prado já estava emancipado e sua área incorporada à do Município, suas terras já podiam ser livremente comercializadas sem a intervenção do Estado, sob domínio privado. Deste momento em diante, a distinção antes existente entre lotes urbanos e rurais desapareceu, pois o valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário. Sendo assim, o novo Cemitério Municipal, que viria a se chamar Cemitério da Saudade, ocupou o lote de número 16 da Terceira Seção do antigo núcleo colonial. Este constituiu, portanto, o primeiro cemitério localizado fora dos limites do Patrimônio da Fábrica da Matriz.

Assim como o cemitério, havia necessidade de construção de um Hospital de Isolamento de Leprosos. O “leprosário” ou “lazareto”, como era chamado, foi inaugurado em 1897 juntamente com um Cemitério dos Leprosos e Variolosos, no lote 24 da Segunda Seção. Da mesma forma que o cemitério e o hospital de isolamento, o Matadouro Público deveria ser removido da área central, onde se encontrava, às margens do Córrego Retiro desde 1874. Seguindo novas exigências de ordem sanitária, o matadouro foi instalado definitivamente em 1903, próximo à Sede e Terceira Seção do núcleo. Por fim, hospitais, hospícios, asilos, orfanatos e demais equipamentos de saúde e instituições de ordenamento da cidade passaram a se localizar na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, tanto pela distância da área central, quanto pelos preços dos terrenos, que eram adquiridos por meio de desapropriações ou doações por parte de entidades beneficentes. A falta de investimentos de infra-estrutura urbana desvalorizava os terrenos, levando ao aumento da procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo, reforçando a divisão geográfica social imposta pelas leis sanitárias do Município. O Barracão começou a receber atenção por parte da administração pública somente após a década de 1940, quando foram intensificados os loteamentos populares em terras reminiscentes do núcleo colonial.

Enquanto luxuosas residências foram construídas na área central, a periferia abrigou hospitais, asilos, cemitérios e demais construções que pudessem colocar em risco a saúde e a beleza física da região nobre. A Fig. 4 a seguir mostra, sobre a foto aérea da área do núcleo colonial Antônio Prado, a localização de alguns equipamentos que causaram a desvalorização de sua área e que não poderiam permanecer no contato com a população do centro da cidade:

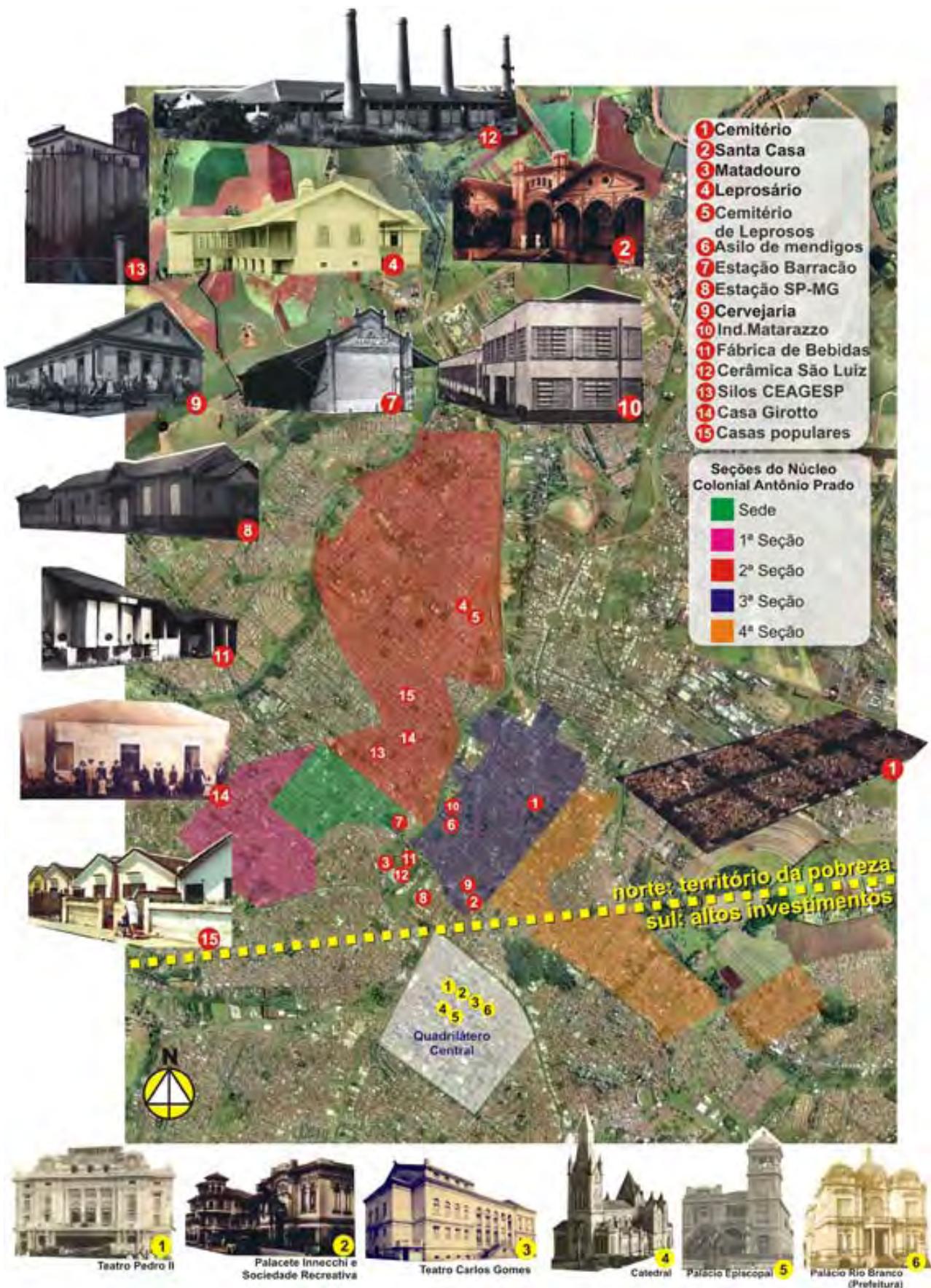


Fig. 4: Localização de equipamentos públicos na área de estudo (Montagem da autora, 2007)

O Núcleo Colonial Antônio Prado também contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo. Artigos que a indústria não supria ou cujos lucros não compensavam o alto custo com o transporte, passaram a ser produzidos localmente, muitas vezes, em oficinas de “fundo de quintal”: fábricas de velas, sabão, olarias, oficinas de carpintaria, gráficas, tecelagens. Mas apesar desta atividade espontânea, a verdadeira “vocação industrial” que a área apresentou foi resultado do Artigo 54 do Código de Posturas de 1889, que proibia que fábricas e máquinas que pudessem prejudicar a saúde pública fossem instaladas dentro da povoa o, mas não restringia sua constru o na área dos imigrantes. Juntamente com as indústrias, foram construídas diversas vilas operárias na área, por iniciativa dos industriais ou até mesmo particulares, que serviram para abrigar os operários que l  se concentraram:



Fig. 5: Vila operária das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Foto da autora, 2006)

Entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo Ribeirão Preto e o limite da técnica representado pela estrada de ferro, definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica e salubre da cidade pobre e suja, embora fosse nesta segunda que residia grande parte dos trabalhadores. Uma “metrópole moderna e progressista”, como anunciavam os almanaques que faziam propaganda de Ribeirão Preto ao exterior, era restrita à burguesia local e construiu ao longo dos anos, uma cidade para poucos. Restringindo aos excluídos as submoradias e tudo aquilo que era indesejável, inviabilizou o convívio social no espaço público pela inexistência de lugares propícios a essa prática, como as praças ajardinadas na área central da cidade tendo o urbanismo como aliado na manuten o dessa lógica.

5. Marcos de uma sociabilidade própria

Em boa medida, os habitantes do Núcleo Colonial Antonio Prado mantiveram as características dos bairros rurais paulistas estudados por Queiroz (1973), uma vez que viviam em casas precárias, utilizavam técnicas e processos rudimentares, consumiam o que plantavam, vestiam roupas fiadas e tecidas por eles, empregando utensílios fabricados em casa, comiam doces feitos pelas próprias mulheres da família, vendiam na cidade galinhas e porcos, assim como as sobras da produção. Ou seja, constituíram uma agricultura de subsistência ao mesmo tempo em que a cidade se modernizava. Entretanto, não permaneceram no isolamento geográfico e econômico; constituíram um grupo de vizinhança em “habitat” disperso, mas com um traço psicológico marcante: o “sentimento de localidade”, estabelecendo sociabilidades próprias.

Entre as primeiras atividades urbanas exercidas, destacaram-se na prestação de serviços como carroceiros e vendedores ambulantes, evidenciando sua tentativa de sociabilização com a cidade, sem que o oposto acontecesse. A religião foi um meio pelo qual os imigrantes estabeleciam entre si laços de união e sociabilidade e reforçaram sua identidade perante eles e o restante da cidade, tão logo se estabeleceram no núcleo. Majoritariamente católicos, encontraram na religião um refúgio e um ponto de referência estável em suas vidas em novas terras. Por isso, preservaram o hábito de participar de missas e de festejar os santos da igreja católica. Em 18 de outubro de 1892, os moradores se reuniram em um abaixo-assinado pedindo o lote 7A da Sede, juntamente com algum auxílio financeiro, para a construção de uma capela. Como o Núcleo ainda não havia sido emancipado nesta ocasião, o pedido foi feito ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Jorge Tibiriçá, que negou o pedido, alegando que o Estado não podia conceder subvenções ou auxílios a nenhum culto, cujo exercício é inteiramente livre, sem dependências nem relações oficiais. Mesmo assim, os colonos se uniram na construção de uma capela menor, que foi a de Santo Antônio, na Segunda Seção, demolida na década de 1980, para dar lugar à Igreja São Pedro.

Há relatos da participação dos moradores do núcleo na construção das outras maiores igrejas da cidade, que são a Catedral Metropolitana (entre 1904 e 1911) e a Santo Antônio de Pádua (Fig. 6). Segundo seus descendentes, isso constituía muito mais do que um trabalho, mas um ato simbólico religioso, havendo muita união e empenho para a concretização da obra. Desde essa época, o bairro Campos Elíseos abriga as festas mais típicas dos santos italianos: Festa de Santo Antônio de Pádua e de São Genaro.



Fig. 6: Igreja Santo Antônio de Pádua, localizada na Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, atual Campos Elíseos (Foto: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, 2006)

Desde a época de formação do núcleo até cerca de trinta anos atrás, além das tradicionais quermesses, eram comuns as festas de sanfoneiros, citada pelo filho de imigrantes que ainda reside na área, Anillo Fávero “*Nesta casa tinha baile todo sábado, meus tios faziam e chamavam sanfoneiros*”. Também Amélia Roberti narra sobre estas festas: “*Todo domingo tinha forró na chácara. Ia todo o povo do Barracão. Tinha sanfona, comida, bolinho. Meus irmãos tocavam violão animando estes bailes*”. A casa de Anillo Fávero, mostrada na Fig. 7, ainda existe, assim como o oratório (Fig. 8) instalado na sala de visitas que seu avô havia trazido da Itália quando veio de mudança para o Brasil:



Fig. 7: Casa da família Fávero, construída no final do século XIX (Foto da autora, 2006)



Fig. 8: Oratório no interior da casa da família Fávero, trazido da Itália por seu avô (Foto da autora, 2006)

A estética das casas mais antigas seguia o padrão da edificação mostrada na Fig. 8, com influência ainda bandeirista para a construção das casas e vilas entre as extensas áreas despovoadas do século XVIII: um salão, acessado pela porta de entrada, que chegava até o final da casa, na saída para os fundos. Este salão acessava todos os quartos da casa, que em geral, se distribuíam em dois para cada lado. Por fim, não havia banheiro e a cozinha ficava nos fundos, em uma varanda aberta, com o fogão a lenha. A Fig. 9 mostra a casa da família Girotto, que reside na região desde 1887, em sua configuração original, na época de sua construção:



Fig. 9: Família Girotto em frente à sua casa, por volta de 1900 (Foto: Arquivo particular da família Girotto)

Além da religião, outra forma de reforçarem os laços era por meio das associações de socorros mútuos e por meio das atividades recreativas: a partir da idéia de imigrantes e filhos de italianos que moravam nas proximidades da antiga estação da São Paulo-Minas, no ano de 1916, formaram um time de futebol, legalizado no ano seguinte como “Palestra Itália Futebol Clube”, e tiveram entre seus sócios-fundadores vários moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado. No ano

seguinte à formação do Palestra Itália, os moradores da Vila Tibério criaram o Botafogo Futebol Clube, constituído principalmente de trabalhadores da Mojiana. Devido à proximidade com a Sede do núcleo colonial, esta região passou também a se identificar com o Botafogo, contrapondo-se aos torcedores do Palestra Itália, na Terceira Seção. Assim como os times de futebol, também as escolas de samba mais tradicionais da cidade se encontram nos Campos Elíseos e Ipiranga, que são as rivais "Bambas dos Campos Elíseos" e os "Embaixadores do Ipiranga".

Conclusões

Este trabalho teve objetivo de mostrar que, ao contrário da Zona Central e Sul, onde foram construídos os monumentos que simbolizam o período áureo do café na cidade de Ribeirão Preto (como o Teatro Pedro II, Teatro Carlos Gomes, Prefeitura, Catedral etc.), a arquitetura produzida pelos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado também deve ser preservada, uma vez que conta toda a trajetória dos primeiros trabalhadores imigrantes que lá chegaram para o trabalho urbano, e não ligado às fazendas.

Na área ainda podem ser vistos grandes conjuntos cujas edificações apresentam traços marcantes daquela época, sejam nas singelas casas com influência bandeirista construídas no meio dos lotes, com seus oratórios para os santos padroeiros, sejam nas vilas operárias ao redor das indústrias, ou até mesmo nas pequenas fábricas de cerveja, macarrão ou carroças que ainda se encontram nos fundos de muitos quintais, seguindo os costumes europeus.

Toda a história do Núcleo Colonial Antônio Prado e sua contribuição para a urbanização de Ribeirão Preto é muito recente, pois os registros que permitiram sua reconstituição foram redescobertos há menos de dez anos pela autora deste trabalho. Curiosamente, trata-se de uma história desconhecida entre os próprios moradores da cidade e que conta, no momento, apenas com os exemplares remanescentes de sua arquitetura.

Referências

- LAPA, J. R. do A. **Cidade: os cantos e os antros**. São Paulo: Edusp, 1995.
- MARICATO, E. (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas – dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- SILVA, A. C. B. da. **Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do antigo Barracão**. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.